



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL VERDE
AMARELO**

**ATA DA 10ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO
VERDE AMARELO**

Data: 04 de novembro de 2003

Horário: 14:00h às 18:00h

Local: Sala dos Conselhos - MCT – Brasília/DF

I - PRESENTES

I.1– Membros titulares e substitutos do Comitê Gestor

Wanderley de Souza (Presidente) – Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

Roberto Jaguaribe (Titular) – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC

Sérgio Machado Rezende (Titular) – Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

Felizardo Penalva da Silva (Representante) - Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -CNPq

Eduardo Reis Gonçalves (Representante) – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Flávio Grynszpan (Representante) – Setor Produtivo

José de Freitas Mascarenhas (Titular) – Setor Produtivo

I.2 – Ausências justificadas

Antônio Barros de Castro – Comunidade Científica

Luiz Carlos Barboza - SEBRAE

Wilson Suzigan – Comunidade Científica

I.3 – Grupo de Apoio Técnico

Beto Ferreira Martins Vasconcelos – Coordenador/MCT

Renato da Matta – FINEP

I.4 – Demais presentes

Aldo Pinheiro Fonseca – MCT

Ana Maria Pereira – MCT

Carolina Homem de Mello – FINEP

Rodrigo L. Almeida – MDIC/STI

Geilson Loureiro – LIT/INPE

II – ANDAMENTO DA REUNIÃO

II.1 – Abertura

O Presidente do Comitê Gestor, Sr. Wanderley de Souza, abriu a reunião, agradeceu a presença de todos. Informou que possivelmente esta seja a penúltima reunião do ano e será uma reunião de discussão e análise de alguns projetos, propostas e que pretende no final da reunião pensar na pauta da próxima que deverá sim, ser deliberativa tendo em vista o orçamento previsto para 2004 no valor de 186 milhões de reais e não havendo mudanças do Congresso, teremos recursos contingenciado num volume mais ou menos equivalente a esse, portanto temos que raciocinar com base no que dispomos hoje que é da ordem de R\$ 186 milhões dos quais R\$ 51 milhões estão comprometidos com os mecanismos de equalização de juros e mais R\$ 55 milhões que estão comprometidos com ações que vem desde editais do ano passado e ações que lançamos este ano. De qualquer maneira sobram cerca de R\$80 milhões para ações novas em 2004, daí a necessidade de lançar editais em 2003 dando prazo pelo início do ano para elaboração dos editais ou chamadas ou que mecanismo for para que o desembolso de 2004 possa começar ocorrer em março ou abril.

II.2 – Aprovação das Atas da 8ª e 9ª Reunião

Colocadas em apreciação as Atas da 8ª e 9ª Reuniões as mesmas foram aprovadas por unanimidade com algumas emendas de caráter redacional.

II.3 – Apresentações:

1) Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Tecnológicas - PRONINC

O Sr Paul Singer, convidado a proferir uma palestra sobre o *Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares*, informou que o mesmo existe há 8 anos, tendo sido criado, originalmente, em 1995, com apoio da FINEP, da Fundação do Banco do Brasil, do Banco do Brasil e da COEP, que é uma coligação de entidades do setor público que dava, na época, apoio à campanha contra a fome. Esse programa ainda existe, mas entrou num período de dormência, a partir de 1998, quando começou apoiar 5 novas incubadoras. Inicialmente, apoiou uma incubadora na Universidade Federal de Rio de Janeiro/COPPE, que ainda hoje continua em atividade, tendo sido a 'inventora' de incubadoras de cooperativas porque a experiência, até então, era com incubadoras universitárias de alta tecnologia. Dado ao êxito dessa primeira experiência, o PRONINC, então, abriu uma espécie de concurso em que 5 novas incubadoras foram financiadas. Estas incubadoras estão distribuídas entre as Universidades Federal do Ceará, USP/SP, Federal Rural de Pernambuco, Estadual da Bahia e a Universidade Federal de Juiz de Fora; todas elas em atividade e com muito êxito. Depois disso, muitas outras incubadoras foram formadas. Calcula-se haver cerca de 30 incubadoras em diferentes universidades. No Centro-Oeste estão em formação. As incubadoras têm se mostrado importantes nos programas de transferência de rendas que diferentes prefeituras começaram a colocar em atividade a partir de 2001. Esclareceu, também, que as 'Incubadoras' são entidades acadêmicas, formadas por professores, estudantes e técnicos de universidades que de um lado trabalham com um grupo de pessoas predominantemente pobres, desempregados e os ajudam a se desenvolverem sob a forma de associação produtiva, a maior parte delas se tiverem tamanho acabam se transformando em cooperativas. Salientou que depois

de 1998 não houve novos recursos ao Programa, porém as primeiras 6 incubadoras receberam apoio até praticamente o ano passado (2002) e este ano, com a nova administração federal, foi tomada a decisão de dar um novo impulso ao programa, inclusive, incluindo todas as incubadoras que foram formadas até então. Além disso, o PRONINC ampliou seus objetivos dada às transformações que ocorreram nos últimos 5 anos. Mas hoje se cria setores de economia solidária que correspondem exatamente à teoria da incubação de cooperativas auto-gestionárias em várias universidades. O Sr. Paul Singer encerrou sua apresentação dizendo que o assunto é bastante extenso e que estaria à disposição para responder questionamentos e esclarecer dúvidas por parte do Comitê Gestor.

O Sr. Wanderley (Presidente) falou que em reuniões anteriores quando o tema foi objeto de discussão, houve consenso quanto à importância do programa. As dúvidas, enfatizou, ficaram centradas na questão da inovação tecnológica. Em função disso, destacou que seria interessante abordar o programa com base na experiência passada focalizando o processo de inovação tecnológica em seu âmbito.

O Sr. Paul Singer disse que a grande inovação é a auto-gestão, quer dizer, a forma predominante de gestão na nossa sociedade é empresa capitalista que é heterogestionária. A auto gestão é totalmente diferente. Vai contra esse modelo dominante, na medida em que todos que estão em atividade no empreendimento são sócios no mesmo e assumem os riscos correspondentes.

O Sr. Sérgio Rezende (FINEP) foi da opinião de que esta é uma atividade de grande importância e que está entre as maiores prioridades do governo. Por isso sugeriu que o Comitê Gestor poderia aportar algum recurso, em caráter experimental, mas com um diferencial: que sejam feitos editais de convocação de tal maneira que entre os critérios de seleção dos projetos fossem considerados não apenas a meta de ensinar o processo de organização e de trabalho coletivo, mas também a meta de apropriar tecnologias, mesmo as bastante simples.

Na opinião do Sr. Roberto Jaguaribe (MDIC) há uma empatia, um entusiasmo pelo conceito apresentado, entretanto, há uma dificuldade de compatibilizar esse projeto com os propósitos específicos do Fundo Verde Amarelo. Destacou que há interesse de conhecer um pouco mais sobre as modalidades prévias de financiamento, sobre como sobrevivem atualmente as incubadoras que já estão em curso e qual é a expectativa de volume de recurso que está sendo solicitado.

A posição do Sr. Paul Singer é de que a incubação em si é uma inovação tecnológica importante, além disso existe um envolvimento crescente exatamente das áreas tecnológicas das universidades. As cooperativas lutam bravamente nos mercados mais difíceis, mais concorrenciais, onde as portas estão abertas, não há barreiras de entrada e, no entanto, nesse tipo de mercado a inovação tecnológica é difícil. Os produtos são para setores de baixa renda; os próprios consumidores.

O Sr. José de Freitas Mascarenhas (setor produtivo) disse que a nossa sociedade peca e carece de atividades que dêem capacidade às pessoas para desenvolverem seus trabalhos, capacitarem-se; de gerarem oportunidades nascidas mesmo no seio das comunidades de que ela tem opções para não degenerarem essa natureza diversa em relação as melhores propostas da sociedade. Todavia, nossa sociedade como todas, são de atividades complexas, precisamos definir prioridades, caminhos, rotas de tal forma que possamos trabalhar todas as necessidades que a sociedade tem e alcançar resultados que tragam benefício.

O Sr. Paul Singer disse também que as incubadoras vivem praticamente dos recursos públicos, parte das próprias universidades que cedem espaço e apoio administrativo, parte vinda exatamente do recurso passados principalmente dos

programas de qualificação e hoje vive dos contratos com as prefeituras que têm programas de bolsas (bolsa família, bolsa escola) em que a incubadora trabalha com os beneficiários dessas bolsas, organizando-os em atividades econômicas precisamente para que no futuro deixem de necessitarem de bolsas.

O Sr. Sérgio Rezende (FINEP) informou que entre as diretrizes da FINEP uma seria disponibilizar a capacidade de inovação dos Institutos de Pesquisa Tecnológica IPT, INT, e outra, seria para a geração de soluções tecnológicas para os empreendimentos cooperados. Na sua opinião, havendo aporte tecnológico esses empreendimentos seriam mais adequados ao financiamento por um Fundo como o Verde Amarelo. Esclareceu, também, que até certo tempo atrás o pleito do programa era contemplar recursos de 2003 e 2004. Como a proposta agora é para 2004 e 2005, dá um tempo maior. Diante disso, propôs que alguns Conselheiros visitassem algumas incubadoras que tenham aporte mais tecnológico e que numa próxima reunião, já que não existe a urgência de 2003, o Comitê deliberasse com uma opinião mais abalizada, mais concreta sobre o assunto.

A sugestão do Sr. Sérgio Rezende foi aprovada por unanimidade. A comissão será formada por representantes do MDIC (indicado pelo Sr. Roberto Jaguaribe), BNDES e outros que serão indicados posteriormente e que entrarão em contato com Sr. Paul Singer para combinarem onde e quando será a visitação.

2. Rede Brasil de Tecnologia - RBT

O Sr. Marcelo Lopes (MCT) fez uma apresentação sobre a Rede Brasil de Tecnologia – RBT. Informou que a Rede foi criada pelo Decreto 4.776 de 10 de julho de 2003 e tem como objetivo promover a articulação institucional do Governo Federal de modo a propiciar a interação eficiente entre a administração pública, universidades, empresas e os agentes financeiros para o desenvolvimento tecnológicos dos setores produtivos locais. Falou também que a estrutura gerencial da Rede, aprovada no Decreto, prevê um Comitê Gestor de articulação institucional, que é presidido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, com a participação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC, Ministério das Relações Exteriores – MRE, Confederação Nacional da Indústria – CNI, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e Instituto de Estudos para o Desenvolvimento – IED, apoiado por uma Secretaria Executiva que tem a incumbência de desdobrar e operacionalizar as definições estratégicas do Comitê. Esta Secretária está constituindo um Conselho Consultivo em nível operacional para poder desenhar os mecanismos adequados a viabilização dos objetivos definidos na criação da Rede Brasil de Tecnologia.

Após a apresentação, a palavra foi franqueada aos membros do Comitê para questionamentos e colaborações. O Sr. Roberto Jaguaribe (MDIC), fez uso da palavra dizendo que a Rede está sendo incorporada como um instrumento extremamente valioso no arsenal do que dispõe o Governo para a estratégia de capacitação tecnológica industrial, então ela é um componente que está sendo integrado como componente da política tecnológica industrial e não se restringe a nenhum setor particular.

3 – Laboratório de Integração e Teste – LIT

O Sr. Geilson Loureiro (INPE) fez uma rápida apresentação sobre o projeto de expansão do Laboratório de Integração e Teste – LIT, segundo ele o projeto tem a missão de contribuir para a progressiva autonomia do país em áreas estratégicas; promover suporte técnico para o setor produtivo nacional de modo a melhorar sua competitividade no mercado internacional e criar um ambiente que promova programas espaciais conjuntos com outros países provendo alta qualidade de

serviços, no prazo e preço corretos. Tem como clientes potenciais as indústrias de informática, automobilística, telecomunicações e a médico-hospitalar. Disse, ainda, que atualmente todas as empresas automobilísticas usam o laboratório. O LIT está pleiteando do Fundo Verde Amarelo o valor de R\$ 3.150.000,00 (três milhões e cento e cinquenta mil reais) para adquirir a mesa rotatória sem dinamômetro do laboratório. (o dinamômetro ficará por conta da indústria automobilística) No total o projeto está estimado em R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais).

4- Projeto Dois mais Dois

O Sr. Roberto Jaguaribe (MDIC) falou rapidamente sobre o projeto chamado "*Dois mais Dois*". Um projeto com a União Européia no valor estimado em 17,5 milhões de euros, sendo que oito milhões são aportados de forma consensual pela União Européia, quatro milhões e novecentos de contrapartida em serviços em capacitação já existentes de instituições brasileiras e precisamos apenas de quatro milhões e quinhentos de aporte financeiro efetivo brasileiro. O projeto é chamado de "*Dois mais Dois*". porque contempla do lado europeu empresas e institutos tecnológicos do lado brasileiro exatamente a mesma coisa, com a finalidade de adequar em termos de padronização, metrologia, avaliação de conformidade de especificações, produção brasileira para incorporação em produção européia em dois setores: eletro-eletrônico e o de plásticos. Enfim, é um processo diretamente voltado para a capacitação empresarial e mais do que isso diretamente voltado para operação comercial, já foi aprovado nas instâncias da União Européia, é um projeto conjunto em que a condução é coordenada pelo MDIC/MCT.

O Sr. Wanderley (Presidente) informou existir estas demandas dentro do conjunto de cooperação internacional em todos os Fundos Setoriais, diante disso a Consultoria Jurídica do MCT, está finalizando a minuta de um Decreto relativo aos Fundos Setoriais que vai definir a uniformização das Políticas dos Fundos. Há uma determinação do Ministro de que cada Fundo não se constitua uma agência completamente independente mas que haja uma articulação entre os Fundos.

II.4 – Orçamento

O Sr. Wanderley (Presidente) explicou a preocupação constante de executar na íntegra o orçamento de 2003, caso não seja executado o dinheiro não fica num fundo como deveria ficar, então muitos projetos aprovados para 2003 poderão ser transferidos para 2004 por dificuldades operacionais. Para minimizar os problemas o Conselho de Administração da FINEP aprovou uma medida importante a qual o Sr. Sérgio Rezende(FINEP) passou a explicar ao Comitê Gestor dizendo que na ocasião da criação dos Fundos Setoriais eles foram alocados ao FNDCT, a expectativa geral é que eles tivessem o recolhimento colocado num fundo que fosse usado totalmente para Ciência e Tecnologia. Entretanto, surgiram dois problemas, a reserva de contingência e o fato que o recurso é através da receita, aportado ao tesouro e o tesouro então libera mensalmente para a FINEP de acordo com o cronograma, quando chega no final do ano é absolvido como qualquer recurso orçamentário. A área jurídica da FINEP fez um estudo, emitiu um parecer dizendo que uma vez que o recurso seja comprometido a FINEP pode internalizar o recurso ou seja, o compromisso assumido a FINEP retira o recurso do tesouro e deposita em uma conta especial do FNDCT. Essa argumentação jurídica foi apresentada ao Ministério da Ciência e Tecnologia que submeteu ao seu jurídico e este acatou. A Diretoria da FINEP aprovou então o que está sendo chamado de internalização. Na reunião do Conselho de Administração da FINEP que é presidida pelo Sr. Wanderley de Souza, realizada em 03 de novembro, referendou o assunto. Assim sendo, agora temos as condições legais para no momento que fizermos um edital,

internalizarmos os recursos correspondentes desde que eles estejam disponíveis dentro do limite de empenho e do limite orçamentário. O Sr. Roberto Jaguaribe (MDIC) perguntou se esse entendimento jurídico é compartilhado pela Procuradoria da Fazenda. O Sr. Sérgio informou que é compartilhado pela Advocacia Geral da União que a FINEP é uma empresa pública não dependente do Tesouro. O Sr. Roberto Jaguaribe (MDIC) salientou que essa medida vai permitir começar a dar um tratamento de Fundo mesmo e não de recurso orçamentário, inclusive até a forma de pensar será mudada, devemos pensar agora no pacote integral do projeto. Falou também que seria interessante encontrar um mecanismo equivalente para o CNPq.

III – INFORMES SOBRE AS AÇÕES APROVADAS PARA 2003

O Sr. Wanderley (Presidente) esclareceu que a idéia desse item é tão somente informar ao Comitê Gestor o andamento de tudo aquilo que foi recomendado para 2003, tanto na FINEP como no CNPq. Para ajudar no esclarecimento, distribuiu uma tabela contendo todas as ações. Solicitou ao Dr. Felizardo (CNPq) que iniciasse a explanação no tocante ao CNPq, mas que antes, porém, esclarecesse as questões do Programa RHAE e de bolsas nas empresas, visto que tem surgido preocupações sobre os assuntos por certos setores da comunidade. Ao que o Sr. Felizardo disse não ter nenhuma informação no momento. O Sr. Wanderley sugeriu para uma outra reunião, uma ampla exposição sobre todos os programas de fixação e de apoio a pesquisadores e técnicos nas empresas.

Após esse breve comentário, o Sr. Felizardo passou a falar sobre as ações da competência do CNPq.

- **Item 10 - Programa Nacional de Incubadoras (PNI),**

O Edital foi fechado na semana passada, existem 90 propostas que estão em fase de análise. O que há de novidade no caso é que o Edital previa possibilidade das Fundações Estaduais participarem e três estados já manifestaram interesse, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais. Em cima dos resultados do julgamento será negociado a efetiva participação. Os estados pretendem colocar recursos adicionais que permitem ampliar os valores.

- **Item 11 - Cooperação para Inovação em Nanotecnologia e Materiais Avançado**

O prazo foi prorrogado até o dia 10 de novembro, existem 30 propostas.

Em seguida o Sr. Sérgio Rezende (FINEP) passou a apresentar as ações relativas à FINEP.

1. Estudo de Viabilidade Técnica Econômica (EVTE) para MPE

Esta ação está em andamento e envolve uma articulação do MCT com vários Estados. O Sr. Sérgio Rezende pediu ao Sr. Beto Vasconcelos (Coordenador do GAT) que fizesse os comentários a respeito do assunto. O Sr. Beto informou que a linha do EVTE, não é por meio de Editais tendo em vista o curto recurso aprovado pelo Comitê Gestor. Já a linha do PNI- Programa Nacional de Incubadoras, foi por meio de Edital, o Comitê Gestor na última reunião orientou que fosse feito em parceria com os Estados. Então para o PNI foi lançado um Edital e concomitante um ofício a todos os Secretários Estaduais de Ciência Tecnologia sobre o assunto, bem como do EVTE para aporte pelos Estados de contrapartida. O resultado do Edital vai delinear como e com quem os Estados e o Governo Federal vai atuar. Nos casos do EVTE como os recursos são curtos, os estados também estão aportando poucos recursos e focando em uma ou outra específica pequena empresa. Portanto, todos

os ofícios já foram encaminhados e as respostas estão chegando, obviamente alguns estados não têm recursos para aportar esse ano ainda a contrapartida.

2. Programa Habitare –

Ação aprovada pelo Comitê, tem um Edital lançado dia 06 de outubro com prazo para recepção até o dia 12 de novembro.

3. Metrologia Química INMETRO

Encomenda aprovada pelo Comitê no ano passado, o Programa envolve uma cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o convênio já foi assinado.

4. Sistema de Avaliação de Conformidade de Material Biológico

Também uma Encomenda aprovada pelo Comitê no ano passado, é um Programa que envolve várias instituições, esse projeto está sendo avaliado pelos técnicos da FINEP.

5. Metrologia N/NE/CO

Programa com recursos aprovados no ano passado. O edital foi feito no ano passado, os recursos que mostrados na tabela estão comprometidos para a continuação do Programa.

6. Apoio Tecnológico Barreiras Técnicas

Outra encomenda também do ano passado, é um estudo relativo a Barreiras Técnicas. Os projetos estão em processo de análise.

7. PINTEC

Outra encomenda aprovada pelo Comitê. PINTEC é um estudo feito pelo IBGE há dois anos e o Comitê Gestor achou por bem que este estudo fosse atualizado e retomado. Isso envolve uma contratação do IBGE que está em andamento.

8. Apoio Tecnológico Adequado ao Desenvolvimento Local

É o Programa dos APLS (Arranjos Produtivos Locais) o Fundo Verde Amarelo aportou nesse programa, recursos substanciais nos dois últimos anos e como resultado esse Programa tem grande apelo político local, durante este ano a FINEP e o MCT têm recebido por parte dos Secretários de Estados e Governadores, cartas pedindo para aportar recursos para novo Arranjo Produtivo Local ou para reforçar o já existente. A carteira de demanda totaliza 100 milhões de reais porém só tem disponível 6 milhões de reais. O Sr. Sérgio informou também que existe na FINEP agora a área de Articulação Institucional mas quem vai julgar o projeto é a área de Difusão Tecnológica, o Projeto pode ter a maior importância política mas se não estiver de acordo com as conformidades não será apoiado. No momento tanto o MCT como a FINEP estão analisando esta carteira para saber como aplicar os 6 milhões de reais disponíveis. O Sr. Wanderley (Presidente) deixou como sugestão que na próxima reunião houvesse como ponto de pauta, uma apresentação do MDIC através da pessoa indicada pelo Sr. Roberto Jaguaribe sobre a visão macro da APL governamental, tentando consolidar o que existe e em seguida uma apresentação do MCT e FINEP mostrando onde que os recursos do FVA estão sendo aplicados, para que possamos fazer um diagnóstico. A próxima reunião deverá ser o dia inteiro sendo uma parte programada para deliberação e outra parte de informação de alguns fatos. É importante a parte de deliberação tendo em vista que alguns Membros do Comitê estão com seus mandatos expirando e a orientação é de renovar o Comitê Gestor a partir de 2004, visto estarmos num processo de discussão de vários pontos que estão se amadurecendo para deliberação e não teria sentido trazer novos representantes que não participaram do debate para

deliberar sobre as discussões. Esse assunto já está conversado com o Ministro e as cartas para os diferentes setores que indicam os representantes serão encaminhadas, mas com a idéia de que a renovação dos representantes do setor científico e produtivo ocorra a partir de janeiro de 2004.

9. Parceria com os Estados e Municípios – Universidade/empresa

Desde do início do governo, foi identificado que havia no sistema Federal a necessidade de fazer um programa nos moldes do Programa PIP da FAPESP que é um programa que financia o pesquisador e empresa, pensando em pequena empresa e pensando no pesquisador incubadora. Foi lançado alguns dias atrás, um Programa chamado PAP - Programa de Apoio à Pesquisa em Empresa. Esse Programa tem recursos dos Fundos Setoriais que totalizam R\$ 87 milhões, do Fundo Verde Amarelo tem R\$8 milhões. O objetivo final dele é apoiar pesquisador em pequena empresa, porque pela Lei de responsabilidade fiscal e pela IN, não é possível aportar recursos não reembolsáveis a empresa como também a FINEP não pode fazer um convênio ou um Termo de Concessão a um pesquisador individual, então o MCT montou uma articulação com todos os Estados da Federação de tal maneira que a FINEP vai repassar os recursos para a Fundação desde que ela aporte recursos de contrapartida igual, isso faz com que o Programa tenha uma monta de R\$174milhões, o valor máximo do projeto é R\$200mil de modo que, se tomarmos a média de R\$174 mil, poderíamos estar financiando mil projetos em empresas. O Programa está sendo construído. É um Programa inovador e estamos acreditando que ele dará uma contribuição importante. O Sr. Flávio Gryszpan (setor produtivo), disse achar o projeto muito interessante mas se preocupa com a escolha dos projetos. Sugeriu combinar com as FAP's de uma participação inclusive dos empresários, visto estarmos discutindo projetos de estímulo a empresa então seria fundamental a participação dos empresários e ou do mercado, para poder identificar . Devemos em cada região ter uma participação efetiva dos empresários para evitar de os projetos ficarem puramente acadêmicos. O Sr. Wanderley (Presidente) acatou a sugestão dizendo ser importante para não correr o risco de estar financiando pesquisa básica dentro da empresa o que não é o objetivo do programa. Então sugeriu incorporar ao comitê que vai fazer a seleção nos diferentes estados a representação do setor de empresa de base tecnológica.

10. Padrão de Dureza INMETRO

Projeto aprovado na reunião do Comitê Gestor em 18/07/03, já resultou num convênio assinado com o INMETRO o que já está acontecendo.

11. Organização de Cooperação Internacional em Pesquisa e Inovação

Foi criado um Departamento de Cooperação Internacional na FINEP que tem feito contato com diversas entidades, entre elas a Fundação From Wolf na Alemanha, essa Fundação tem 60 Institutos que são muitos importantes no sistema industrial da Alemanha porque desenvolvem projetos para indústria, é um sistema muito interessante a organização como um todo é uma Organização Social, que recebe 1/3 dos recursos de orçamento do Governo, 1/3 ganha em projetos que ela compete em geral do Governo e 1/3 receita do setor empresarial encomendando projetos de pesquisas. A Fundação From Wolf está dando apoio para instalar em caráter experimental um Centro no Rio Grande do Sul chamado SETA onde já havia um compromisso de aporte de R\$100.000,00(cem mil reais) do Brasil para este Centro, mas foi dito a eles que aportaríamos depois de ter um convênio geral porque como foi criada a área de Instituto Tecnológico gostaríamos de ter uma articulação com a From Wolf para nos dar apoio em vários outros institutos. Diante disso, duas semanas atrás a FINEP do Brasil recebeu a visita da FINEP da Suécia. Em fim, o

objetivo é sempre fomentar a parcerias entre empresas e o recurso alocado é para essa finalidade.

12. Equalização da Taxa de Juros

Temos atualmente 13 projetos aprovados e mais alguns que estão sendo analisados, chegaremos ao final com um número maior do que 13 projetos aprovados que totalizarão R\$ 168 milhões. A equalização que será feita para esses projetos aprovados e que será feita ao longo dos anos nós tivemos autorização do Comitê Gestor de internalizar os recursos. Então foi feita a conta, tem todo respaldo jurídico, o recurso saiu do tesouro passou para a conta FINEP, agora é uma conta específica para equalização de juros. Isso não entra no bolo geral do FNDCT. É uma conta específica que nós podemos aplicar e o que for aplicado só poderá ser usado para esta finalidade.

13. Subvenção a empresa PDTI e PDTA

É o mecanismo que habilita a empresa que teve PDTI e PDTA aprovado e que no exercício anterior aportou recurso para pesquisa e desenvolvimento. É uma forma direta de reduzir o custo de P&D, o valor pode ser de até 50% do total do gasto de custeio realizado no ano anterior, limitado até 15% do IR devido ou a 25% caso haja incremento nos gastos de PDTI e PDTA.

14. Estimulo a Empresa de Base Tecnológica Capital de Risco

Essa proposta em execução pela FINEP é empregada em países da OSCD, na Ásia, consiste na alocação de recursos diretos a empresas ou através de Fundo de Capital de Riscos. Há 9 empresas na FINEP que estão em negociação para aporte direto da FINEP. Por outro lado existem 3 Fundos de Capital de Risco que foram criados, alguns com apoio da FINEP através do Programa INOVAR, este Programa prevê capacitação. Existem outros 4 Fundos aprovados em fase de capacitação, esses fundos todos se conseguirem captar o que pretendem captar este ano, farão jus aos R\$19 milhões que estão previstos no capital de risco. O que significa dizer que se dermos prioridade em aportar recursos para o Fundo nós não teremos recurso para aportar individualmente empresa. Na opinião do Sr. Sérgio essa devia ser a melhor maneira.

O Sr. Sérgio Rezende (FINEP) encerrou sua apresentação esclarecendo que por ter assumido outros compromissos não poderia ficar até o final da reunião mas se comprometeu enviar via correio eletrônico a integra da sua apresentação.

Continuando a reunião o presidente, Sr. Wanderley manifestou sua preocupação com relação aos 30% para o N/NE dizendo que a determinação do Ministro é que até o dia 31 de dezembro esteja aplicado em todos os Fundos Setoriais, é um compromisso dele com o Presidente da República e o Congresso Nacional.

IV – ENCERRAMENTO

O Sr. Wanderley (Presidente) esclareceu que a próxima reunião será uma reunião com componente de informação, mas terá também um componente de deliberação e para isso já tem algumas propostas colocadas na mesa: Laboratório de Integração e Teste -LIT, Projeto 2+2 e INCUBADORAS (após o relatório da equipe que visitará as incubadoras) e outras propostas, o que seria importante que os membros do Comitê Gestor aliados ao Grupo Técnico – GAT encaminhasse à coordenação para ser analisado o que com base no que já foi feito e lançado ver o que está faltando fazer para a aplicação dos R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) que estarão livres para desembolso em 2004.

O Sr. Marcos Guarita (setor produtivo) solicitou ao Sr. Wanderley que antes da próxima reunião seria interessante ter um pré trabalho com o Sr. Beto Vasconcelos para poder examinar os números.

IV – DELIBERAÇÕES

I -.Constituição de uma comissão formada por representantes do BNDES, MDIC e outros Membros do Comitê Gestor para visitarem juntamente com o Sr. Paul Singer, incubadoras com a finalidade de preparar um relatório que será apresentado e deliberado na próxima reunião.

II - Preparar para a próxima reunião uma ampla exposição sobre todos os programas de fixação e de apoio a pesquisadores e técnicos nas empresas

III - Para próxima reunião apresentação pelo Ministério da Indústria e Comércio – MDIC sobre a visão macro da APL governamental, seguida de uma apresentação do MCT e FINEP sobre onde os recursos do Fundo Verde Amarelo estão sendo aplicados.

IV - ASSINATURAS

Wanderley de Souza
Presidente do Comitê Gestor

Roberto Jaguaribe
Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio - MDIC

Felizardo Penalva da Silva
Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -CNPq

Sérgio Machado Rezende
Financiadora de Estudos e Projetos

Eduardo Reis Gonçalves
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Flávio Grynszpan
Setor Produtivo

José de Freitas Mascarenhas
Setor Produtivo